



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012612-45.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - DIREITO PREVIDENCIÁRIO**
 Requerente: **Natanael Jose da Rocha**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social - Inss - Agencia São Carlos**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

NATANAEL JOSÉ DA ROCHA propor ação de percepção de benefício previdenciário em face de **INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL – INSS**. Alegou, em síntese, que sofreu acidente automobilístico de percurso em 09/02/2015, quando se dirigia ao seu trabalho, ocasionando a fratura do ombro e braço esquerdo, com limitação funcional de elevação e abdução do braço, caracterizando sequela definitiva. Aduziu ter recebido auxílio doença nos meses de fevereiro a dezembro de 2015. Requereu a concessão do auxílio acidente e a gratuidade.

Acostados à inicial, vieram os documentos de fls. 07/44.

Procedimento isento de custas nos termos do art. 129, parágrafo único, da Lei 8.213/91 (fls. 45/46).

Devidamente citado (fl. 50), o requerido apresentou resposta em forma de contestação (fls. 51/57). Afirmou que não estão caracterizados os requisitos ensejadores do auxílio acidente, bem como não está comprovada a incapacidade ou redução da capacidade laborativa. Requereu a improcedência da ação e, subsidiariamente, a fixação do termo inicial quando da data de apresentação do laudo em juízo.

Réplica às fls. 61/63.

Laudo pericial às fls. 172/176.

Manifestação da partes às fls. 182 e 187, respectivamente.

É o relatório.

Fundamento e decidido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com o conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presente as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91)."

Trata-se de ação visando a concessão de benefício previdenciário diante de alegada invalidez decorrente de doença incapacitante em consequência de acidente de percurso sofrido pelo autor.

Tendo em vista a natureza da ação e visando a melhor solução da questão por este juízo, foi designada perícia técnica médica.

Embora não se encontre o julgador submetido aos pareceres apresentados para a formação de seu convencimento, eles proporcionam elementos técnicos preciosos para se chegar à justa solução da lide.

No laudo pericial (fls. 172/176) fica comprovado o acidente de percurso sofrido.

(...)Há nexo entre seu acidente e sua lesão. Há consolidação das lesões. Como sequela definitiva, há redução da mobilidade do ombro esquerdo, comprovado inclusive pelo perito oficial (folha 116). Esta redução não o impede de exercer sua função habitual, não havendo, portanto, incapacidade, mas a torna mais árdua, de forma definitiva, havendo, portanto, redução da capacidade. (...) 9- CONCLUSÃO. Não há doença incapacitante atual. Há redução da capacidade laborativa.

Há, portanto, a redução da capacidade laborativa exigida por lei, sendo o que basta.

O benefício será concedido na ordem de 50%, nos termos do artigo 86, § 1º, da Lei nº 8.213/91 sendo devido, na espécie, desde a cessação do auxílio anterior.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para condenar o réu a pagar ao autor auxílio-acidente de 50%



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

desde a cessação do auxílio (12/2015 – fl. 40), além do abono anual. A correção monetária, que incidirá sobre as parcelas em atraso desde as respectivas competências, por força da declaração de inconstitucionalidade parcial do art. 5º, da Lei nº 11.960/09, deverá ser calculada com base no IPCA-E, índice que melhor reflete a inflação acumulada do período (STJ – 1ª Seção – Recurso Especial nº 1. 270.439/PR – Relator Ministro Castro Meira – julgado em 26 de junho de 2013, DJe de 02.08.2013). Os juros moratórios devem ser calculados com base no índice oficial aplicado à caderneta de poupança, nos moldes do que decidido na Repercussão Geral nº 810.

Descabida condenação em custas e honorários nos moldes do parágrafo único, do artigo 129, da Lei nº 8.213/91.

Não há remessa necessária (art. 496, §3º I, do NCPC).

Oportunamente, ao arquivo.

P.I.

São Carlos, 17 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**